



Poder Judiciário  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães  
**OITAVA CÂMARA CÍVEL**



233

**Apelação Cível nº 186794-7** – Comarca de Recife

**Apelante:** Estado de Pernambuco

**Apelados:** João Ribeiro de Almeida e outros

**Relator:** Des. José Ivo de Paula Guimarães

5524

**EMENTA:** DIREITO CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO. PROVENTOS INTEGRAIS. VANTAGEM ORIUNDA DA DISTRIBUIÇÃO DOS RECURSOS DO FUNDO DE APERFEIÇOAMENTO DOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS FAZENDÁRIOS. CARÁTER DE AUMENTO GERAL DE REMUNERAÇÃO. EXTENSÃO A INATIVOS E PENSIONISTAS. APLICAÇÃO DO ART. 40, §§ 7º E 8º, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL (REDAÇÃO ANTERIOR À EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 41/2003). REEXAME NECESSÁRIO IMPROVIDO, À UNANIMIDADE, PREJUDICADO O APELO VOLUNTÁRIO.

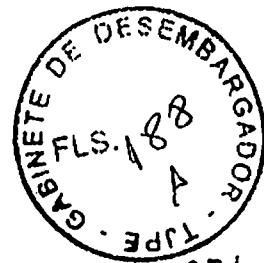
1. Cinge-se a controvérsia à possibilidade de extensão da distribuição dos recursos provenientes do Fundo de Aperfeiçoamento dos Serviços Administrativos Fazendários, previsto na Lei estadual nº 11.503/97, a servidores inativos e pensionistas.

2. A teor do disposto no art. 40, §§ 7º e 8º, da CF/88 (redação anterior ao advento da EC nº 41/2003), consagrou-se a paridade de remuneração de servidores ativos, inativos e pensionistas, através da equivalência de vencimentos, proventos e pensões, consubstanciada na determinação de que os proventos de aposentadoria e as pensões serão reajustados na mesma proporção e na mesma data em que restar alterada a remuneração dos servidores em atividade, sendo-lhes extensíveis, inclusive, quaisquer benefícios ou vantagens posteriormente instituídos, daí ressalvadas, por decorrência lógica, apenas aquelas de caráter pessoal, concedidas em razão de condições excepcionais em que está sendo prestado um serviço comum (*propter laborem*).

3. Preocupou-se o legislador constituinte, ademais, em garantir o direito à percepção da pensão e dos proventos de aposentadoria de forma integral, mediante a determinação inequívoca de que seus valores corresponderão à totalidade dos

11 - AC 186794-7

Avenida Martins de Barros, nº 593, 2º andar, Santo Antônio, Recife/PE  
CEP: 50.010.230 – Fone: (081) 3419-3726.



Poder Judiciário

## TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO

Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães

### OITAVA CÂMARA CÍVEL

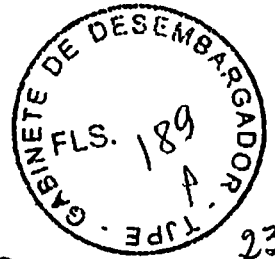
vencimentos ou proventos percebidos pelos servidores em atividade ocupantes do mesmo cargo.

4. Outrossim, em vista da auto-aplicabilidade dos dispositivos supracitados, a revisão e incorporação nos proventos dos servidores inativos e benefícios de pensionistas de vantagens percebidas pelos servidores ativos ocorrerão independentemente de qualquer regulamentação por norma infraconstitucional.

5. Verifico, *in casu*, que a verba remuneratória decorrente do rateio dos recursos do Fundo de Aperfeiçoamento dos Serviços Administrativos Fazendários, nos termos do contido na Lei estadual nº 11.503/97, possui caráter genérico e linear de remuneração, paga em decorrência do exercício das funções de todos os cargos integrantes do Quadro Geral da Administração direta do Estado, lotados na Secretaria da Fazenda, em condições normais, sem dependência de circunstâncias individuais, tampouco de aspectos peculiares do trabalho dos servidores que a percebem na ativa, devendo, por força do contido nos mencionados comandos constitucionais, ser estendida tanto aos inativos quanto aos pensionistas, razão pela qual é de ser reconhecido o direito dos autores à incorporação da parcela a seus proventos, sob pena de malferimento do princípio constitucional da isonomia.

6. Por fim, de igual modo não merece reparo a condenação no que toca à fixação dos juros moratórios em 1% (um por cento) ao mês. Com efeito, a teor do art. 1º-F da Lei nº 9.494/97, com redação dada pela MP nº 2.180-35/01, os juros de mora, nas condenações impostas à Fazenda Pública para pagamento de verbas remuneratórias devidas a servidores e empregados públicos, a contar do início de sua vigência, não poderão ultrapassar o percentual de 6% (seis por cento) ao ano, alterando regra anterior de incidência dos juros de mora, em 12% (doze por cento) ao ano, aplicável tal regra também às pensões decorrentes de morte de servidor público e proventos de aposentadoria.

7. A *contrario sensu*, pode-se concluir que, tendo sido a presente ação proposta em 30/09/1998, antes, portanto, o



**Poder Judiciário**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães  
**OITAVA CÂMARA CÍVEL**

início da vigência da MP nº 2.180-35/01, devem-se aplicar os juros de mora à base de 12% (doze por cento) ao ano, e não 0,5% (meio por cento) ao mês, conforme pretende o apelante.

8. À unanimidade de votos, negou-se provimento ao reexame necessário, prejudicando-se o apelo voluntário.

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos da Apelação Cível nº 186794-7, ACORDAM os Desembargadores integrantes da 8ª Câmara Cível deste Tribunal de Justiça, em sessão realizada no dia 03/12/2009, unanimemente, em negar provimento ao reexame necessário, prejudicando-se o apelo voluntário, nos termos dos votos, da ementa e das notas taquigráficas em anexo, que fazem parte integrante deste julgado.

Recife, 20/01/2010.

**Des. José Ivo de Paula Guimarães**  
**Relator**



176  
A  
236

**Poder Judiciário**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães  
**OITAVA CÂMARA CÍVEL**

**Apelação Cível nº 186794-7 – Comarca de Recife**

**Apelante:** Estado de Pernambuco

**Apelados:** João Ribeiro de Almeida e outros

**Relator:** Des. José Ivo de Paula Guimarães

**RELATÓRIO**

Cuida-se de Apelação Cível interposta em face de sentença que julgou procedente a Ação Ordinária nº 001.1998.033132-4, para condenar o Estado ao pagamento dos proventos dos autores, servidores aposentados da Secretaria da Fazenda do Estado de Pernambuco, de forma integral, mediante a inclusão dos valores decorrentes da distribuição do Fundo de Aperfeiçoamento dos Serviços Administrativos Fazendários, previsto na Lei estadual nº 11.503/97, e pagos aos servidores em atividade.

Sustenta o apelante, em síntese, que a distribuição dos recursos previstos na Lei estadual nº 11.503/97, integrantes do Fundo de Aperfeiçoamento dos Serviços Administrativos Fazendários, constitui verba remuneratória típica de servidores ativos que preenchem certos requisitos estabelecidos na lei, não havendo que se falar em sua extensão indiscriminadamente a inativos e pensionistas, por se tratar de vantagem de natureza *propter laborem*.

Ao cabo, requer o conserto da sentença no que toca à fixação dos juros de mora, para reduzi-los ao patamar de 6% (seis por cento) ao ano.

A Douta Procuradoria de Justiça, através do parecer de fls. 170/173, opinou pelo improvimento do reexame necessário, prejudicado o apelo.

É o relatório.

À Douta Revisão.

Recife, 13 de agosto de 2009.

**Des. José Ivo de Paula Guimarães**  
**Relator**



**Poder Judiciário**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães  
**OITAVA CÂMARA CÍVEL**

**Apelação Cível nº 186794-7** – Comarca de Recife  
**Apelante:** Estado de Pernambuco  
**Apelados:** João Ribeiro de Alneida e outros  
**Relator:** Des. José Ivo de Paula Guimarães

**VOTO**

Cinge-se a controvérsia à possibilidade de extensão da distribuição dos recursos provenientes do Fundo de Aperfeiçoamento dos Serviços Administrativos Fazendários, previsto na Lei estadual nº 11.503/97, a servidores inativos e pensionistas.

Conforme relatado, aduz o recorrente que referida parcela constitui vantagem de natureza específica, devida apenas a servidores ativos que atendam a certos requisitos dispostos em lei.

Em que pesem os argumentos jurídicos declinados, a irresignação não merece prosperar.

Com efeito, a teor do disposto no art. 40, §§ 7º e 8º, da CF/88 (redação anterior ao advento da EC nº 41/2003), consagrou-se a paridade de remuneração de servidores ativos, inativos e pensionistas, através da equivalência de vencimentos, proventos e pensões, consubstanciada na determinação de que os proventos de aposentadoria e as pensões serão reajustados na mesma proporção e na mesma data em que restar alterada a remuneração dos servidores em atividade, sendo-lhes extensíveis, inclusive, quaisquer benefícios ou vantagens posteriormente instituídos, daí ressalvadas, por decorrência lógica, apenas aquelas de caráter pessoal, concedidas em razão de condições excepcionais em que está sendo prestado um serviço comum (*propter laborem*).

Preocupou-se o legislador constituinte, ademais, em garantir o direito à percepção da pensão e dos proventos de aposentadoria de forma integral, mediante a determinação inequívoca de que seus valores corresponderão à totalidade dos vencimentos ou proventos percebidos pelos servidores em atividade ocupantes do mesmo cargo.



**Poder Judiciário**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães  
**OITAVA CÂMARA CÍVEL**

Outrossim, em vista da auto-aplicabilidade dos dispositivos supracitados, a revisão e incorporação nos proventos dos servidores inativos e benefícios de pensionistas de vantagens percebidas pelos servidores ativos ocorrerão independentemente de qualquer regulamentação por norma infraconstitucional.

Verifico, *in casu*, que a verba remuneratória decorrente do rateio dos recursos do Fundo de Aperfeiçoamento dos Serviços Administrativos Fazendários, nos termos do contido na Lei estadual nº 11.503/97, possui caráter genérico e linear de remuneração, paga em decorrência do exercício das funções de todos os cargos integrantes do Quadro Geral da Administração direta do Estado, lotados na Secretaria da Fazenda, em condições normais, sem dependência de circunstâncias individuais, tampouco de aspectos peculiares do trabalho dos servidores que a percebem na ativa, devendo, por força do contido nos mencionados comandos constitucionais, ser estendida tanto aos inativos quanto aos pensionistas, razão pela qual é de ser reconhecido o direito dos autores à incorporação da parcela a seus proventos, sob pena de malferimento do princípio constitucional da isonomia.

Com efeito, veja-se o que dispõe o art. 1º, §1º, da Lei estadual nº 11.503/97, *in verbis*:

Art. 1º - Fica instituído o Fundo de Aperfeiçoamento dos Serviços Administrativos Fazendários - FASAF, a ser integralizado por até 16% (dezesseis por cento) da totalidade dos recursos alocados no Fundo de Aperfeiçoamento das Atividades Fazendárias - FAAF, previsto no artigo 12, da Lei nº 11.333, de 03 de abril de 1996.

§ 1º - Os recursos do FASAF serão distribuídos, mensalmente, aos servidores públicos estaduais, titulares de cargos integrantes do Quadro Geral da administração direta do Estado, de nível universitário, de nível médio e de nível administrativo, lotados e em efetivo exercício na Secretaria da Fazenda.

Nesse contexto, registro que não é dado ao legislador ordinário criar artifícios e subterfúgios no afã de inviabilizar o exercício de garantia estabelecida na Carta Magna, através da instituição de vantagens que, na prática, mascaram concessão velada de acréscimo remuneratório de ordem geral a apenas parcela do funcionalismo, sem a devida extensão a aposentados e pensionistas.



229



**Poder Judiciário**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães

**OITAVA CÂMARA CÍVEL**

Por fim, tenho que não merece reparo a condenação no que toca à fixação dos juros moratórios em 1% (um por cento) ao mês. Com efeito, a teor do art. 1º-F da Lei nº 9.494/97, com redação dada pela MP nº 2.180-35/01, os juros de mora, nas condenações impostas à Fazenda Pública para pagamento de verbas remuneratórias devidas a servidores e empregados públicos, a contar do início de sua vigência, não poderão ultrapassar o percentual de 6% (seis por cento) ao ano, alterando regra anterior de incidência dos juros de mora, em 12% (doze por cento) ao ano, aplicável tal regra também às pensões decorrentes de morte de servidor público e proventos de aposentadoria.

A *contrario sensu*, pode-se concluir que, tendo sido a presente ação proposta em 30/09/1998, antes, portanto, o início da vigência da MP nº 2.180-35/01, devem-se aplicar os juros de mora à base de 12% (doze por cento) ao ano, e não 0,5% (meio por cento) ao mês, conforme pretende o apelante.

Feitas essas considerações, voto pelo improvimento do reexame necessário, prejudicado o apelo voluntário, para manter incólume a sentença vergastada em todos os seus termos.

É como voto.

Recife, 05/11/2000

**Des. José Ivo de Paula Guimarães**  
**Relator**



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA



DESEMBARGADOR RICARDO PAES BARRETO (PRESIDENTE E REVISOR)

O meu voto, em revisão, é no mesmo sentido do voto do eminente Desembargador Relator.

Ouç o Desembargador Bandeira de Mello.

---

DESEMBARGADOR BANDEIRA DE MELLO

São duas questões a ver. Primeiro, essa gratificação só atingia ao quadro fazendário. Eu pelo menos já julguei aqui, não com a presença do Desembargador José Ivo, mas com a presença de Vossa Excelência, o caso de uma servidora da Secretária de Saúde que estava à disposição e que, quando saiu, queria retornar a receber a FASAF, não podia. Essa FASAF, ela inclusive sequer existe mais há muito tempo. Então a questão é: ela é paga a todo mundo em que critérios? Porque é uma gratificação realmente absolutamente variável, porque era em função da arrecadação.

Muito embora já esteja com inúmeros pedido de vista, não me animo a compreender essa FASAF como uma gratificação... (interrompido).

---

DESEMBARGADOR RICARDO PAES BARRETO (PRESIDENTE E REVISOR)

No caso, Desembargador Bandeira de Mello, os apelados são todos servidores aposentados do quadro efetivo.

---

DESEMBARGADOR BANDEIRA DE MELLO

Mas fazendários?

---

DESEMBARGADOR RICARDO PAES BARRETO (PRESIDENTE E REVISOR)

São fazendários.

---

DESEMBARGADOR JOSÉ IVO DE PAULA GUIMARÃES (RELATOR)

Parece-me que o entendimento do Desembargador Francisco de Mello é idêntico ao do Desembargador Fernando Cerqueira, da Sétima Câmara. Ele é vencido lá, por maioria, quanto a essa questão.





TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA



DESEMBARGADOR RICARDO PAES BARRETO (PRESIDENTE E REVISOR)

Vossa Excelência pede vista, é isso?

---

DESEMBARGADOR BANDEIRA DE MELLO

Peço vista.

---

DECISÃO

"APÓS O VOTO DA TURMA NEGANDO PROVIMENTO AO REEXAME NECESSÁRIO, DECLARANDO-SE PREJUDICADO O APELO, ADIADO A PEDIDO DE VISTA DO DES. BANDEIRA DE MELLO".

---



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**GAB. DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO**  
**OITAVA CÂMARA CÍVEL**



**APELAÇÃO CÍVEL Nº 0186794-7**  
**APELANTE:** Estado de Pernambuco  
**APELADOS:** João Ribeiro de Almeida e Outros  
**RELATOR:** Des. José Ivo de Paula Guimarães  
**REVISOR:** Des. Ricardo Paes Barreto

**VOTO-VISTA**

Em exame do inteiro teor da Lei nº 11.503, de 18.12.1997 (transcrita pelo MP de 1º grau às fls. 109/110), observo que o Fundo de Aperfeiçoamento dos Serviços Administrativos Fazendários (FASAF) contemplava recursos para distribuição mensal e igualitária aos *“servidores públicos estaduais titulares de cargos integrantes do Quadro Geral da administração direta do Estado, de nível universitário, de nível médio e de nível administrativo, lotados e em efetivo exercício na Secretaria da Fazenda”*.

Ou seja, os requisitos básicos para a percepção dos valores em tela eram a lotação e o correspondente exercício na Secretaria da Fazenda.

Ou seja, a percepção da FASAF derivava da prestação de serviço em condições normais, não sendo, ao reverso, condicionada nem a aspectos individuais nem a circunstâncias excepcionais do trabalho dos servidores lotados na Secretaria da Fazenda.

Tanto que o art. 1º, § 2º, incisos I a VI, da referida Lei, assegurou a respectiva percepção nas hipóteses de férias, convocação para júri, licença para tratamento de saúde, licença-prêmio, frequência em cursos e exercício de mandato sindical.


Ora, os autores/apelados, enquanto se encontravam na ativa, eram lotados na Secretaria da Fazenda conforme fazem prova os demonstrativos de pagamento acostados aos autos.

Esclareço, no ponto, que o contra-cheque de fls 55, da titularidade do Sr. José Ferreira da Silva, diz respeito a servidor inativo da Secretaria de Agricultura, e como tal insuscetível de ser alcançado pela discussão em foco.

Ocorre que, em verdade, não obstante a juntada de documentos alusivos ao mencionado Sr. José Ferreira da Silva (fls. 54/55), o mesmo não integra o pólo ativo da lide.

Acompanho, pois, a turma, em ordem negar provimento ao reexame necessário, prejudicado o apelo voluntário.

Recife, 3 de dezembro de 2009.

  
Des. Francisco Bandeira de Mello



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA



243

DECISÃO

"À UNANIMIDADE DE VOTOS, NEGOU-SE PROVIMENTO AO REEXAME  
NECESSÁRIO, PREJUDICADO O APELO".

---